

“Unir os países endividados”

por Roberto Baraldi
de São Paulo

O economista Aloizio Mercadante, assessor econômico do Partido dos Trabalhadores, foi a principal voz dissonante no “meeting” realizado ontem em São Paulo pelo World Economic Forum. Prevaleceu no encontro o pensamento econômico de linha liberal, apoiado nas teses de globalização dos mercados, privatização e descentralização.

Mercadante, que se manifestou no painel sobre alternativas à política econômica, contestou enfaticamente a visão predominante de que o mercado deve organizar a sociedade e de que a privatização e a internacionalização da economia permitem ganhos de eficiência e a integração na modernidade. “O discurso

neoliberal vale apenas para os países-membros dos megablocos econômicos e suas instâncias supranacionais de política econômica e decisão de investimento”, disse o economista.

Para ele os países endividados e que não estão incluídos nos blocos devem aglutinar-se e negociar em conjunto sua reinserção no contexto econômico mundial. “Países como o Brasil vivem um novo paradoxo: as novas tecnologias em desenvolvimento nos países industrializados destroem as vantagens competitivas daqueles que basearam sua economia na utilização de mão-de-obra barata e abundância de matérias-primas, que, em um horizonte próximo, não vão receber dinheiro novo”, destacou Mercadante.

Ele lembrou que o Brasil,

em 1989, realizou grande esforço exportador, obtendo o maior saldo comercial em relação ao PIB do mundo e o terceiro maior saldo em termos absolutos, mas, apesar do esforço, não escapou de graves problemas cambiais. Mercadante sinalou que os pensadores neoliberais não defendem, na realidade, a abertura das economias dos países endividados, mas sim a troca de títulos da dívida externa de alto risco por patrimônio público em setores estratégicos.

Seu parceiro de debate foi o deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), que classificou o governo Collor de Mello como “autoritário e isolado em um pedestal no Olimpo”. Apesar do tom crítico, o parlamentar defendeu o aperfeiçoamento do Plano Brasil Novo e não um combate ao

ajuste. “Voltar à estaca zero teria consequências destrutivas para toda a sociedade.

A saída está no diálogo entre empresários, trabalhadores, governo e Congresso Nacional”, afirmou Rebouças.

Para ele, o ajuste econômico está sendo implementado rápido demais. “O governo quer acabar em meses com vícios e distorções de décadas. E, às vezes, acaba agindo de improviso, pois o plano se esgota no combate à inflação, sem oferecer uma proposta abrangente do caminho a seguir”, acrescentou Rebouças. Outra correção a ser feita, em sua opinião, é o enxugamento do Estado. Rebouças considera que o governo se equivocou neste ponto, confundido ajuste fiscal com corte de gastos secundários.